

# O jornalismo intramuros: rotinas produtivas e relações de poder na imprensa carcerária

Flora Daemon\*

Universidade Federal Fluminense

## Índice

1. Apresentação	1
2. “Eu já sabia, mas agora tenho certeza de que o que os jornalistas fizeram comigo quando fui preso é errado. Eles não dizem que são imparciais?”	3
3. “Eu posso fazer lead sobre o dia de visita? Posso fazer lead sobre o confere? E se tiver rebelião? Posso fazer lead de tudo na vida?”	4
4. “É importante mostrarmos que não somos completamente burros, que não somos jornalistas de quinta categoria.”	5
5. “O jornal é mais pra dentro ou pra fora? Porque se for pra dentro a gente tem que voltar a pensar como preso”.	8

6. Referências Bibliográficas:	10
--------------------------------	----

## Resumo

Este artigo pretende mapear gestos de criação de uma experiência jornalística no cárcere. Será cenário do estudo o presídio Evaristo de Moraes, maior unidade penal do estado do Rio de Janeiro no que se refere à quantidade de internos. A idéia é observar a materialização dessas vozes num ambiente no qual as relações de poder invariavelmente transformam e reconfiguram tanto o dizer, quanto os gestos de leitura. A partir desse olhar, pretende-se discutir em que medida a reprodução do que se entende como fazer jornalístico pode significar algo além da simples apropriação de técnicas de redação para se configurar num projeto de distinção a partir de uma possível interpretação para o ethos jornalístico.

## 1. Apresentação

“Eu já vi comerciante, professor, padre e bandido ser torturado. Jornalista não pode. Quando é, todo mundo grita e acha absurdo!

---

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolve a pesquisa intitulada “<sup>A</sup> imprensa carcerária ou a reinvenção da notícia: um olhar intramuros sobre o fazer jornalístico”. Atualmente é bolsista NOTA 10 da FAPERJ. Trabalhou por mais de sete anos na área de Assessoria de Comunicação voltada para Novas Tecnologias, Educação a Distância e Divulgação Científica, tendo coordenado a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC), em Brasília. Contato: floradaemon@yahoo.com.br .

Jornalista não se censura ou tortura e aqui no presídio eu quero ser um”<sup>1</sup>. A frase que dá início a este trabalho aponta para várias discussões e eternos fantasmas da prática jornalística. Neste momento, porém, pretende-se focar a atenção na interpretação de que ser jornalista significa deslocar-se hierarquicamente do seu público seja no universo extra ou intramuros. A partir da apresentação de alguns breves exemplos empíricos, pretende-se lançar algumas hipóteses acerca das experiências jornalísticas desenvolvidas no cárcere e avaliar os gestos de apropriação do dizer da grande imprensa e seus múltiplos efeitos no Sistema Penitenciário carioca.

Assim, optou-se observar algumas produções jornalísticas desenvolvidas dentro de unidades penais cariocas, quais sejam: *Jornal Só Isso!*, das internas da penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, o extinto periódico *HG Jornal*, dos apenados do presídio Hélio Gomes, no Complexo Penitenciário da Frei Caneca e, principalmente os primeiros gestos de construção do jornal *Em Prol da Liberdade*<sup>2</sup>, dos internos do presídio Evaristo de Moraes, conhecido como Galpão da Quinta. Esta última, considerada uma unidade penal isolada por não fazer parte de um Complexo Penitenciário, está situada em um prédio que abriga atualmente mais de 1300 homens condenados, em sua maioria, por crimes hediondos que solicitaram o chamado *Seguro*<sup>3</sup>. Nas palavras dos inter-

<sup>1</sup> Colocação feita por um dos internos do presídio Evaristo de Moraes sobre as reportagens que faziam referência ao seqüestro e tortura dos jornalistas na favela do Batam, em maio de 2008.

<sup>2</sup> O nome da referida publicação ainda não é definitivo.

<sup>3</sup> Presos que se sentem ameaçados e correm risco de morte dentro do Sistema Penitenciário têm o dire-

nos, o Evaristo de Moraes é hoje “o patinho feio do Sistema Penitenciário”<sup>4</sup>.

A hipótese central deste trabalho surgiu a partir de um relato obtido na pesquisa etnográfica desenvolvida semanalmente no presídio Evaristo de Moraes. Antes de apresentá-la, porém, é necessário expor as circunstâncias que possibilitaram esse tipo de reflexão. Após conseguir autorização junto à direção da unidade penal e à coordenação pedagógica da Escola Estadual Analecto de Medeiros para realizar pesquisa de campo, outra negociação se apresentou definitiva: a presença seria autorizada e contaria com a colaboração de todos os internos participantes do jornal desde que eles pudessem receber de “aulas de jornalismo”. Em outras palavras, os presos permitiriam que o processo de construção de seu jornal fosse observado de perto exigindo em troca obter noções básicas sobre as ferramentas, regras e condutas do jornalismo praticado do lado de fora das grades ou, nas palavras dos internos, “usar os mecanismos deles para que a gente mesmo possa contar a nossa história”<sup>5</sup>.

ito de solicitar uma proteção maior do Estado. Geralmente internos que solicitaram o chamado *requerimento 001* são agrupados em um mesmo presídio não importando, assim, as facções rivais e os crimes cometidos. Em teoria, todos os “presos seguros” têm algo a mais a temer.

<sup>4</sup> A referida unidade penal funciona no bairro de São Cristóvão, próximo à Quinta da Boa Vista. Sua estrutura se assemelha à de um galpão, com pé direito altíssimo o que impede que as grades se fixem do chão ao teto. Por conta desse desenho arquitetônico, nela habitam além de homens condenados, pombos que permanecem pousados na parte superior das grades e ratos que circulam entre presos e se alimentam dos dejetos dessas aves. Por isso à associação à idéia de “patinho feio do Sistema Penitenciário”.

<sup>5</sup> Frase de um dos internos no primeiro dia de oficina no Presídio Evaristo de Moraes.

A idéia se materializou numa espécie de oficina de reportagem. A proposta inicial era, como solicitado, fornecer subsídios técnicos acerca dos métodos jornalísticos para que os internos pudessem escolher seus próprios formatos, práticas e estruturas organizacionais. Nesse sentido, pareceu importante fomentar também alguns debates<sup>6</sup> a respeito do exercício da profissão, tais como a objetividade, a imparcialidade e a definição e enquadramento do público-alvo. Todos são, como já dissemos, eternos fantasmas do jornalismo.

Foi assim que durante as discussões sobre a pretensa necessidade de conduta imparcial deste profissional, um dos internos tomou a palavra e apresentou um relato que mais tarde viria se tornar a tese central dessa monografia. Em suas palavras: “Não sei por que tanta preocupação com essa coisa de ser imparcial. Eu entendo que o jornalista julgue, que ele tenha opinião. Talvez a gente até se pareça mais do que eles gostariam: somos espertos, sagazes e manipulamos a verdade. A diferença é que nós estamos presos”<sup>7</sup>.

A simplicidade com a qual o interno “solucionou” um dos maiores dilemas éticos da profissão, à primeira vista, pode parecer uma redução tendenciosa de leigos aspirantes a jornalistas. Nossa hipótese, no entanto, aponta para outra direção: será que “não profissionais” e “consumidores” de jornalismo são capazes de identificar que o desvio é parte basilar da atividade jornalística e, de certa forma, promover a redenção

<sup>6</sup> Certamente a idéia de debater tais assuntos tinha um propósito muito claro: promover a reflexão sobre os principais tabus do jornalismo.

<sup>7</sup> Frase de um dos internos no terceiro dia de oficina no Presídio Evaristo de Moraes.

do jornalismo pelo que tem de humano e real?

2. “Eu já sabia, mas agora tenho certeza de que o que os jornalistas fizeram comigo quando fui preso é errado. Eles não dizem que são imparciais?”

A simultaneidade de posições ocupadas por esse grupo de internos acaba por revelar interpretações outras, pouco prováveis a um grupo que, em tese, seria classificado somente como receptor de veículos midiáticos. Além dessa posição, estes foram involuntariamente deslocados para o lugar de “personagens- vítima”, como no caso do relato de um interno que teve sua imagem bastante exposta pela mídia e tratado como um verdadeiro monstro adjetivado pelos jornais<sup>8</sup>. Ainda assim, e esse gesto os diferencia dos demais presos da unidade penal, há o terceiro deslocamento: a transformação de preso comum em preso jornalista. Esta última, voluntária, complexifica as posições anteriores e reinterpreta fazer jornalístico aproximando-o cada vez mais do falho, do sensível, do normal, proposição contrária à idéia de que os jornalistas são capazes de se transformar em “máquinas de escrever que registram, mais do que avaliam o mundo”. (PHILLIPS *apud* SOLOSKI, 1993: 96).

<sup>8</sup> Não é objetivo desta pesquisa julgar o grau de perversidade dos crimes cometidos. Nosso propósito é perceber em que medida esse sentimento a respeito do criminoso pode “contaminar” o discurso sobre a prática jornalística, desconsiderando os tão aclamados pressupostos de isenção e neutralidade da atividade.

É possível pensar então que a imparcialidade e equilíbrio, necessários ao exercício da reportagem são, na prática, um falso dilema ético da profissão. Mais do que isso, o ritual da objetividade passa a ser um instrumento político desse jogo de palavras e enquadramentos. Tuchman trabalha com a idéia de que a objetividade é como uma espécie de baluarte que reduziria o impacto dos críticos: “atacados devido a uma controversa apresentação de ‘factos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase no mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”. (1993: 75)

De acordo com Chalaby (1996), esse projeto de construção de uma classe distinta de textos, fez com que os jornalistas desenvolvessem normas e valores discursivos próprios, calcados em regras que se transformaram em pressupostos da prática jornalística. A estratégia de utilizar fontes e responsabilizá-las pela veracidade dos fatos passa a ser, neste contexto, um importante instrumento jornalístico pois “ajuda a isolar tanto os jornalistas como sua organização das acusações de parcialidade e reportagens imprecisas”. (TUCHMAN *apud* SOLOSKY, 1993: 96). O simples gesto de colocação de aspas, a rigor, isentaria o jornalista de qualquer participação que comprometesse o desenrolar dos fatos. Mais do que isso, o uso desse recurso gráfico acrescentaria ao relato jornalístico aquilo que Tuchman (1993) chama de prova suplementar.

3. “Eu posso fazer lead sobre o dia de visita? Posso fazer lead sobre o confere? E se tiver rebelião? Posso fazer lead de tudo na vida?”

O que era anônimo, misterioso começa a tomar ares de corriqueiro rapidamente entre os internos. Tarde (1992), ao falar sobre o público genérico que se aproxima por meio daquilo que o faz consumir e se apaixonar, descreve exatamente o primeiro imaginário sobre o repórter. Esse que, ao ter sua prática esquadrihada, é deslocado para um lugar outro pelos internos. Num primeiro momento: o “jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante.” (*Idem, Ibidem*: 31); no seguinte, nas palavras de um dos presos, a desmistificação pela observação da técnica: “com esses macetes todas fica muito fácil ser repórter. Queria ver escrever de cabeça, ser criativo e ter coragem de dizer na cara”.

Soloski (1993) nos lembra da importância de garantir o controle sobre a base cognitiva de uma determinada profissão quando se pretende assegurar o monopólio sobre o mercado e minimizar a concorrência. De acordo com autor, as escolas profissionais são fundamentais para certificar que os futuros trabalhadores da área introjetem tais regras a ponto de legitimar a standardização dos produtos jornalísticos:

“Para fazer isto uma profissão exige:  
1) que um conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais,

e 2) que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais”. (SOLOSKI, 1993, p. 94).

Mas será Zelizer (1992: 7) quem apontará que essa orientação de conduta profissional “baseada na habilidade, autonomia, treinamento e educação, verificação de competência, organização, licença [confere] aos jornalistas um sentido de comunidade”. A esse respeito, a autora faz referência a Carey que entende o ritual como uma “cerimônia sagrada que atrai e congrega as pessoas em associação e comunalidade... através da divisão, participação, associação, camaradagem e a posse de uma fé comum”. (CAREY *apud* ZELIZER, *idem*: 2).

Esse sentimento de partilha descrito pelos autores na opinião de alguns internos revela um *quê* de um gesto bastante comum para quem vive atrás das grades: a cumplicidade. Eles explicam: “se devemos colocar no início do texto o que é mais importante, é fácil manipular: é só colocar aquilo que a gente não concorda depois do que a gente acredita. Se não for cortado por ser menos importante, tem menos chance de ser lido de qualquer forma”.<sup>9</sup>

“A informação mais importante relativa a um acontecimento é suposta ser apresentada no primeiro parágrafo, e cada parágrafo subsequente deve conter informação de menor importância. A estrutura da notícia assemelha-se, do ponto de vista teórico, a uma pirâmide invertida”. (TUCHMAN, 1993: 83)

<sup>9</sup> Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.

A respeito da estruturação e disposição das reportagens veiculadas, Fishman (1980) explica que os temas são organizados para que possam ser “vistos como interrelacionados, na medida em que podem ser vistos como instâncias de algum tema abrangente”. (*Idem, Ibidem*: 3) Talvez não tão intuitivamente como normalmente se acreditaria, na confecção da primeira edição do jornal *Em Prol da Liberdade*, os internos do Evaristo de Moraes organizam, na mesma página no espaço destinado à editoria *Legislação e Política*, as duas únicas pautas eleitas<sup>10</sup> pela equipe de redação do periódico para a referida seção: a discussão sobre a proibição do uso de algemas no transporte de condenados (reportagem que, segundo os presos jornalistas, seria enquadrada como política) e o debate sobre a obrigatoriedade do uso de tornozeleiras eletrônicas por presos em liberdade condicional (considerada como matéria de legislação), formando assim uma espécie de “pacotão dos adornos punitivos”<sup>11</sup>.

#### 4. “É importante mostrarmos que não somos completamente burros, que não somos jornalistas de quinta categoria.”

Partimos da idéia de que materializar um jornal em uma unidade penal é um gesto

<sup>10</sup> Todas as pautas sugeridas pelos internos são votadas. Somente as que receberem mais votos serão desenvolvidas.

<sup>11</sup> É importante salientar que: 1) A primeira edição do jornal *Em Prol da Liberdade* ainda não havia sido autorizada para impressão e circulação pela direção durante o desenvolvimento dessa monografia; e 2) O sistema de escolha das pautas se baseou exclusivamente na proposta individual e votação coletiva por editoria.

que ultrapassa os limites do passatempo na cadeia. Os adjetivos escolhidos pelos internos para unir profissionais de jornalismo e “presos jornalistas” dão conta de uma proposta nada ingênua que se baseia num projeto consciente de visibilidade para aqueles que nele se filiam. Aparentemente o fato de onze detentos se reunirem com o claro propósito de criar um jornal que transite e represente um universo de aproximadamente 1300 homens condenados essencialmente por crimes rechaçados pela sociedade como estupro, atentado violento ao pudor e pedofilia pode apontar para um plano maior que, ao que tudo indica, pretende fundar um movimento tácito que, em última instância, se concretiza com um jornal. Tal gesto é descrito por Tarde (1992: 46) a respeito da necessidade de fundação de um veículo impresso por ocasião da criação de uma nova escola literária ou partido político. Ele questiona: “Julgar-se-ia completo sem isso? (...) Um partido [ou mobilização] sem jornal não nos dá impressão de um monstro acéfalo?”

Evidenciando que mesmo preservando o inevitável estigma da monstruosidade, esses homens presos buscam o direito de controlar sua representação por meio da formação de um discurso autorizado. Dessa forma, os internos jornalistas negociam com o chamado poder central da prisão, materializado na figura da direção da unidade penal, por meio de estratégias próprias que, respaldadas pelo o que há de mais próximo do profissionalismo<sup>12</sup> “fornece aos jornalistas uma base de poder independente que pode ser utilizada contra a direção”. (SOLOSKI, 1993: 100).

<sup>12</sup> Estamos nos referindo ao desejo de aprender as técnicas jornalísticas por meio da oficina.

Este é o caso da coluna *Deu no Jornal*, do extinto *HG Jornal*, desenvolvido pelos internos do presídio Hélio Gomes. O espaço veicula notícias que normalmente não poderiam ser redigidas pelos presos responsáveis pelo periódico sem que sofressem censura da direção da unidade. Interditados, eles criaram uma forma de minimizar os efeitos da proibição de determinados temas geralmente associados ao mau funcionamento das prisões brasileiras, abusos de poder e maus tratos aos presos reiterando a autoria dos textos/ denúncias: sempre um veículo (não censurável) da grande imprensa. Zelizer (1992: 3) nos lembra que esses “períodos de acentuada intensificação dão aos membros da comunidade um meio para questionar e ratificar as idéias básicas sobre a autoridade”. A ver:

“**De boas intenções...**” [*este não é o título original da reportagem*]

(Jornal do Brasil – 13 de setembro de 2002)

O governo federal demonstrou preocupação com o sistema carcerário ao elaborar o Orçamento deste ano. Colocou R\$ 100 milhões extras no Fundo Penitenciário. A soma chegou a R\$ 308 milhões, para investimento na construção e reforma de cadeias. Pena que, até ontem, só R\$ 26 milhões foram efetivamente gastos. O restante espera liberação da equipe econômica”. (HG Jornal; Edição 27; Setembro/ Outubro de 2002; p. 09).

**“Tortura nunca mais, e nem corporativismo’**

(RJTV – 23 de setembro de 2002)

Assim foi a abertura da reportagem que noticiou a conclusão da investigação sobre a tortura e morte do cozinheiro Antônio Gonçalves de Abreu, na carceragem da Polícia Federal do Rio de Janeiro, no dia 07 de setembro (...). (HG Jornal; Edição 28; novembro/ dezembro de 2002; p.09).

**“Atenção aos presidiários’**

(Jornal da TVE – 02/04/2002)

Em 2 de abril firmou-se um convênio entre o Ministério da Justiça e o da Saúde, no qual criou-se um Plano Nacional de Saúde Penitenciária, para o atendimento médico aos presos brasileiros, num combate à disseminação crescente de diversas doenças que acometem os apenados, tais como Sífilis, Aids e Tuberculose (...)

**Nota da Redação:** outros convênios poderiam ser firmados com a finalidade de prover as unidades penais de atividades educacionais e laborativas a todos os apenados, mas de tal forma que essas atividades não ficassem à mercê das mudanças administrativas nem governamentais. Só assim teríamos um trabalho realmente sério e direcionado para a ressocialização de presos”.

(HG Jornal; Edição 25; Março, Abril, Maio de 2002; p. 07.)

E se a autoridade for “importante não apenas devido ao seu efeito sobre o público mas também por causa do seu efeito sobre os comunicadores” (ZELIZER, 1992: 3), o desejo de construir uma comunidade autorizada nesses moldes – gesto possível somente por meio da legitimação por parte dos demais internos – pode oferecer pistas sobre a constituição de três potências envolvidas na disputa pela autoridade: a força do Estado representada pela equipe dirigente e pelos carcereiros que fariam a manutenção do controle que lhes é “de direito”; “os presos jornalistas” que em busca da meta final de visibilidade de boa conduta e distinção dos demais internos procurariam ocupar o lugar simbólico de representação do efetivo carcerário; e a maioria, disputada pelas forças anteriores, que ora se aproxima do ideal de corpo dócil interessante ao Estado, ora se deixa representar por aqueles que conseguiram fazer parte da voz dos presos extravasar os muros, e que também é capaz de se rebelar contra esses controles reafirmando que mais forte do que as duas primeiras potências é o poder da massa anônima que dita regras, instiga rebeliões e, quando quer, também se cala, gerenciando conscientemente o que Zelizer (*idem*: 13) classifica como comunidade interpretativa que “se auto-credencia através de suas narrativas e suas memórias coletivas”.

Nesse sentido, não podendo desvincular-se totalmente de sua condição de preso em circunstâncias como estas, cabe ao “interno jornalista” o ofício de produzir um veículo que, assim como os outros do universo extramuros, e assim como ele os percebe, deve

possuir uma linha editorial que estabeleça alguns critérios de valoração e identidade. “O Meia Hora é o mais lido na cadeia porque é o único que vende aqui. Queria ver se tivesse jornais melhores, se viesse pra cá O Globo e a Folha de São Paulo se os caras não iriam comprar. Não tem esse negócio de popular. Eles compram porque é a única opção e nós seremos a outra”<sup>13</sup>. E serão essas definições que darão pistas de como estes presos enxergam o fazer jornalístico e reproduzem (ou repensam) a prática na cadeia. Nesse sentido, outro desafio tem início: garantir que a publicação autorizada pela direção seja aceita entre seu público-alvo. E é aí que está a “carta na manga”: conhecer bem sua “clientela” e dizer a coisa certa na hora adequada.

##### 5. “O jornal é mais pra dentro ou pra fora? Porque se for pra dentro a gente tem que voltar a pensar como preso”.

A partir desse questionamento é possível notar que ainda que a função social do jornalista do universo extramuros seja percebida e (re)significada no cárcere como aquele que tem a missão de fazer valer o direito, de ouvir e ecoar a voz de seu público, existe um nítido deslocamento, que momentaneamente parece ser solucionado por gestos de alteridade, entre o dever de representar e o desejo de consolidar uma imagem de distinção. Zelizer (1992: 11) destaca que a autoridade jornalística, neste caso autoconferida pelos internos repórteres, exerce também função de autoridade cultural que possi-

<sup>13</sup> Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.

bilita e ratifica o direito de apresentar versões baseadas em interpretações autênticas a respeito dos acontecimentos, domínio bastante precioso seja do lado de fora ou de dentro das grades e portões.

Essa leitura do papel do jornalista demonstra que articulações outras, próprias de um periódico desenvolvido na prisão, podem ser colocadas em prática como a utilização dos sentidos implícitos como metáfora cotidiana das práticas jornalísticas no cárcere. A *Coluna da Tereza*, veiculada no jornal *Só Isso!* pelas internas da penitenciária Talavera Bruce, apresenta, já num primeiro olhar, um detalhe interessante: a forma como o jornal escolheu seu nome e ilustrou este espaço. Não existe nenhuma interna participante do veículo com a referida alcunha. Mas Tereza, para o público-alvo do *Só Isso!*, tem um significado bastante familiar: é o instrumento fabricado com tecidos e cordas que servem como ferramenta de comunicação, quando transmitido entre celas, e como objeto de fuga quando lançado sobre os muros da unidade penal. É possível notar que a fonte com a qual foi construída a logomarca foi desenvolvida para se parecer com uma corda. Soma-se a isso a descrição da coluna que mesmo não revelando o significado de seu nome, já anuncia que a intenção é de “construir uma ponte entre as unidades penais”.<sup>14</sup>

E de fato este espaço serve como uma espécie de Carta dos Leitores (bastante diferente do outro espaço destinado ao Correo Sentimental, um dos serviços mais requisitados no jornal). Reclamações como a proibição da visita íntima em Bangu V, o in-

<sup>14</sup> Jornal *Só Isso!*, Rio de Janeiro, Maio de 2006, p. 4.

forme de que o presídio Milton Dias Moreira voltará a ter um jornal e a solicitação de funcionamento da escola no presídio Hélio Gomes são alguns dos assuntos veiculados na coluna. Vale ressaltar que todas as cartas são assinadas por internos de outras unidades e, eventualmente, de prisões em outros estados e, em alguns casos, são seguidos de *notas da redação* que pretendem registrar a apuração sobre as providências que estão sendo tomadas a determinado respeito:

“Nota da Redação: encaminhamos a sua solicitação à nossa direção que entrou em contato com a direção de seu Sistema, que juntas já estão tomando providências para que haja nesta Unidade (HG) a inclusão do ensino médio e aulas de informática. Suas solicitações serão assim vistas pelo seu Diretor, que tivemos o prazer de conhecer de perto seu trabalho, e que sempre investiu aqui no Talavera Bruce na educação e na cultura. Acreditamos que no cargo que ocupa no Hélio Gomes, dará prioridade para que vocês continuem mostrando seus valores.”<sup>15</sup> (Jornal Só Isso!, Ano 03; Número 09; Maio de 2006).

A “solução” encontrada pelas internas que desenvolvem o *Só isso!* parece ser resultado de uma discussão a respeito da linguagem e do desejo de empatia, considerado pelo Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2001: 43) como um dos elementos fundamentais na construção de um projeto que identifique o veículo com seu público-alvo. Durante a oficina de jornalismo, o referido

<sup>15</sup> Jornal Só Isso!, elaborado pelas internas do presídio Talavera Bruce, Ano 03; Número 09; Maio de 2006.

tema se tornou recorrente entre os presos do Evaristo de Moraes. Enquanto alguns acreditavam em tal premissa: “a gente precisa usar uma linguagem que o preso entenda, se não ele vai achar que não é pra ele”<sup>16</sup>, outros questionavam essa popularização do discurso alegando que uma das funções sociais do jornalismo era melhorar o conhecimento do seu público: “não vamos usar linguagem de cadeia. A gente tem que evoluir. Tem que ensinar pro cara palavras novas. A gente podia colocar um dicionário explicando as palavras mais difíceis”.<sup>17</sup>

A partir dos exemplos retirados do *HG Jornal* é possível observar fragmentos de textos nos quais o estilo rebuscado prevalece em detrimento de um ideal de compreensão por parte do referido público. Hohlfeldt (2001: 212), ao realizar um levantamento bibliográfico a respeito das hipóteses contemporâneas das pesquisas em comunicação, lembra que “o material disponível deve ter um mínimo de qualidade técnica compatível com o veículo em que será transmitido. Isso vale quanto ao ritmo narrativo, ao equilíbrio da ação dramática (...) às características do foco e à clareza da linguagem, etc”. Ou, na recomendação “objetiva” descrição da Folha de S. Paulo (2001: 77), “escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível (...). Palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação e tornam o texto pedante”.

“Sua dissertação de mestrado, além de testar a validade do psicodiagnós-

<sup>16</sup> Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.

<sup>17</sup> Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo, no Presídio Evaristo de Moraes, rebatendo a colocação anterior.

tico preditivo de distúrbios neurológicos como a epilepsia, configurou-se na possibilidade de contribuir de forma política, psicológica e psicopedagógica para a educação e prevenção do comportamento transgressivo, minimizando as taxas de delinquência infantil”.<sup>18</sup> [grifo meu]

Aparentemente, as palavras grifadas podem evidenciar um gesto que pretende produzir em efeito de diferenciação entre os presos jornalistas dos demais a partir da exclusão pela barreira cognitiva. E esse conflito é retratado repetidas vezes nas páginas do jornal. No trecho abaixo é possível notar vários deslocamentos de posição. Num primeiro momento os autores do periódico se apresentam como “jornalistas” e, na sequência, como “presos” participantes ativos do cotidiano narrado. Ao que tudo indica, a variação está, sobretudo, no olhar que se pretende observador e testemunha da memória carcerária e, ao mesmo tempo, protagonista e ator social dessa realidade.

“Hoje refletimos sobre como é preciso trabalhar sem cessar para que a educação, a informação e a cultura possam ser incutidas e desenvolvidas nas mentes de tantos jovens que chegam e permanecem encarcerados. Em seus ideais confusos e de sustentação frágil, há que se despertar o poder de seus potenciais abafados sob tanta desinformação, preconceitos e opressões, lixos mentais que ocupam lugar então destinado à iluminação de suas

<sup>18</sup> Fragmento do texto “A epilepsia e o comportamento em sala de aula”. In: *HG – Jornal*. Rio de Janeiro, ed. Março, Abril e Maio, ano 2002, Nº 25, p. 06.

vidas e de todas as pessoas ao seu redor”. [grifo meu]<sup>19</sup> (*HG Jornal*. Rio de Janeiro, ed. Novembro e Dezembro, ano 2002, Nº 28, p. 01).

Com o intuito de observar o processo de produção da notícia, é necessário apurar o olhar sobre o que chamamos aqui de “praticante de imprensa do cárcere” ou pelo menos, como neste caso, sobre o lugar social para o qual os internos se deslocam quando “estão” jornalistas. Este trabalho, no entanto, não pretende esgotar as múltiplas leituras a respeito de tais experiências, tampouco reduzir, a partir dessa breve análise, todos os possíveis significados das produções jornalísticas na prisão. Mapear as interpretações sobre o que é jornalismo em unidades penais, nesse sentido, parece possibilitar uma leitura mais ampla das estratégias e práticas discursivas no universo extra e intramuros.

E se tal como “os jornalistas [que] contarão com a sua profissão para o reconhecimento do seu sucesso profissional” (SOLOSKI, 1993: 97), os repórteres da prisão de fato aliarem o desejo de escrever com o de (se) transformar, mais uma vez, parece adequado colocar as idéias em silêncio respeitando o estado inacabado desta pesquisa partilhando do mesmo desejo de um dos internos do presídio Evaristo de Moraes:

“Noutro dia me perguntaram o que eu tanto fazia às sextas-feiras. Eu disse que fazia aula de jornal. Daí me disseram: ‘Mais um daqueles jornalecos

<sup>19</sup> Trecho da matéria “Mais um ano se passou”. *HG – Jornal*. Rio de Janeiro, ed. Novembro e Dezembro, ano 2002, Nº 28, p. 01.

com correio sentimental e classificados de prisão'. Eu quero mostrar pra eles que o nosso jornal não é assim. Que ele é pensado e discutido. Quero surpreender"<sup>20</sup>.

## 6. Referências Bibliográficas:

CHALABY, Jean K. *Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s*. European Journal of Communication, vol. 11, 1996.

FISHMAN, Mark. *Manufacturing the News*. Austin: University of Texas Press, cap. 1, 1980.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação*. 4.ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

HOHLFELDT, Antonio. "Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação". In: Antonio Hohlfeldt (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOLOSKI, John. "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constringimentos no trabalho jornalístico". In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TUCHMAN, Gaye. "A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas". In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

<sup>20</sup> Frase de um dos internos durante a oficina de jornalismo no Presídio Evaristo de Moraes.